

dos Advogados para o exercício da advocacia em maio de 1991. Foi Administrador da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto desde janeiro a agosto de 2005, onde foi o responsável pela definição dos objetivos estratégicos da Fundação nas áreas funcionais de Qualificação Profissional e Promoção do Emprego, Viver no Centro Histórico e Dinamização Comunitária. Foi Diretor-Adjunto do Centro Distrital de Segurança Social do Porto desde setembro de 2002 até maio de 2005, onde foi responsável pelas Áreas de Enquadramento, Vinculação e Registo de Remunerações, de Planeamento e Estatística, de Apoio aos Estabelecimentos Integrados, pela Área Funcional de Contribuintes e Área Jurídica. Exerceu funções de docente no Instituto Nun'Álvares, desde setembro de 1991 até julho de 1994, onde lecionou as disciplinas de Direito e Relações Públicas no 10º Ano de Escolaridade do Curso Geral de Humanísticas, bem como as cadeiras de Legislação Comercial, Fiscal e Laboral, no Curso Técnico de Marketing e Secretariado. Foi advogado desde maio de 1991 a setembro de 2002 e desde agosto de 2005 a julho de 2012. Foi Membro da Assembleia Metropolitana do Porto desde dezembro de 2009 a outubro de 2013. Foi Membro da Assembleia Municipal de Santo Tirso desde dezembro de 1997 a dezembro de 2001 e desde outubro de 2009 a outubro de 2013. Foi Presidente da Assembleia de Freguesia de Santo Tirso desde outubro de 2005 a outubro de 2009, foi Vereador da Câmara Municipal de Santo Tirso desde janeiro de 2002 a outubro de 2005. Concluiu com aproveitamento o “CAGEP – Curso Avançado de Gestão Pública”, organizado em 2013 pelo INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas. Participou no “SAD - Seminário de Alta Direção em Administração Pública”, organizado em 2004 pelo INA – Instituto Nacional de Administração; no Curso de Formação sobre a “Definição do Enquadramento Estratégico do ISS, I.P. 2013-2015”; no 2º Congresso Nacional da Administração Pública; no Curso de Formação sobre “O Novo Contencioso Administrativo”; no Curso de Formação sobre os “Sistemas de Gestão da Qualidade”. Teve intervenção como Orador nas Décimas Sextas Jornadas Culturais de Vila das Aves, na Conferência “A Problemática do Idoso”, realizada em outubro de 2002; teve Intervenção como Orador com o tema “Políticas de Inclusão Social” no 1º Encontro Transnacional (Portugal-Itália), organizado no âmbito do projeto PERCURSOS em parceria com o projeto ARES (Iniciativa Comunitária EQUAL), realizado em 22 e 23 de novembro de 2002; Intervenção como Orador com o tema “A Segurança Social em Portugal” na 1ª Convenção do Movimento Associativo do Distrito do Porto, organizado pelo Governo Civil do Porto em 8 de novembro de 2003; Intervenção como Orador com o tema “A Segurança Social e as Organizações de 3º Sector” no 3º Encontro Transnacional (Itália-Portugal), organizado no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL, realizado em Foligno, Itália, no dia 1 de julho de 2004.

Marta Gameiro Cardoso Mendes Pires Brito Pereira

Marta Gameiro Cardoso Mendes Pires Brito Pereira, licenciada em Direito pela Universidade Católica de Lisboa, Programa de Contabilidade e Finanças pela UCP (2003) e Executive MBA pelo INDEG/ISCTE (2005-2006). Advogada na Sociedade de Advogados A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados de setembro de 1997 a fevereiro de 2003; advogada na HIPOGEST – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., de fevereiro de 2003 a agosto de 2006; administradora-executiva na HIPOGEST – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., de agosto de 2006 a agosto de 2008; administradora-delegada na sociedade EUROFROZEN – Indústria e Comércio de Produtos Alimentares, S.A., até janeiro de 2013; adjunta do gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social desde setembro de 2013.

207543566

Autoridade para as Condições do Trabalho

Despacho n.º 1362/2014

Nos termos do artigo 1.º, n.º 4.2 da Portaria n.º 1294-D/2007, de 28 de setembro e do artigo 1.º, n.º 1.1, alínea g), do Despacho n.º 22 726-A/2007, de 21 de setembro de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, foi criada uma rede de serviços descentralizados da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), constituídas por Centros Locais e Unidades Locais, que deverão ser chefiados respetivamente por um diretor, cargo de direção intermédia do 1.º grau ou por um subdiretor, cargo de direção intermédia do 2.º grau.

Face ao exposto, torna-se necessário assegurar as funções de direção dos Centros Locais e das Unidades Locais adiante identificadas de entre as definidas no supra referido Despacho n.º 22 726-A/2007, de 21 de setembro de 2007. Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 20.º

e 27.º e nos n.ºs 8, 9 e 10 do art.º 21.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, nomeio, em regime de substituição, os licenciados abaixo identificados para a direção dos Centros e Unidades Locais da ACT abaixo indicados por reunirem as condições de competência e aptidão necessárias para o exercício das referidas funções, como decorre das notas curriculares respetivas anexas ao presente despacho:

Para o Centro Local da Beira Alta, a licenciada Maria de Fátima dos Santos Palos;

Para o Centro Local de Lisboa Ocidental, o licenciado Luís Eduardo Minga Jerónimo;

Para o Centro Local da Península de Setúbal, o licenciado Vítor Manuel Fernandes Rodrigues Teixeira;

Para a Unidade Local do Barreiro, o licenciado José António de Oliveira Tavares.

O presente despacho produz efeitos na data da sua publicação.

13 de janeiro de 2014. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

Notas curriculares

Maria de Fátima dos Santos Palos, nascida em 22/05/1967, natural da Guarda, licenciada em engenharia civil; No âmbito do projeto ERASMUS, efetuou estágio de fim de curso, em Surveyors' Department, Bridges and Structures Section, em West Sussex County Council, Inglaterra; pós-graduada em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, pela UBI — Universidade da Beira Interior. Projetista, em autoria e coautoria, de projetos de construção civil e engenharia civil em vias de comunicação, edifícios públicos e particulares e responsável pelo acompanhamento das respetivas obras de construção (1991/1994); Engenheira chefe dos Serviços de Circulação e Segurança da Direção de Estradas da Guarda da ex-JAE, agora EP - Estradas de Portugal SA, (1994/2001) e adjunta do Diretor de Estradas (1998/2001); Técnica superior (área da Prevenção) do ex-IDICT (2001/2005); Inspectora do trabalho (desde 2005). Diretora do Centro Local da Beira Alta (2010/2011) e coordenadora do mesmo, desde outubro de 2013. Conferencista em colóquios, no âmbito da SHST. Frequentou diversos seminários e ações de formação quer em Portugal quer no estrangeiro. Membro de grupos de trabalho da ACT, nomeadamente, “Perfil dos Coordenadores de Segurança, em Projeto e em Obra”; “Regulamento de Segurança e Saúde no Trabalho da C. Civil”; “Plataformas de Trabalhos em Altura”; Revisão do “DL 273/2008, de 29/2003”; Membro do júri de relatórios de estágio, da Pós-Graduação em SHST — nível V, ministrado na UBI; Orientadora pedagógica de Estágio de Formação Inicial para Ingresso na Carreira de Inspetor Superior do Trabalho.

Destaca-se ainda a publicação das seguintes obras: “Coordenação de Segurança na Construção — Que Rumo?” (coautoria), IGT, 2003; e elaboração dos seguintes trabalhos: “Equipamentos de Proteção Individual a Utilizar pela IGT em Ações Inspetivas — Vestuário de Segurança para Sinalização Visual do Utilizador”; e “Sugestões para Elaboração de Inquéritos de Acidentes de Trabalho — Método da Arvore de Causas”.

Luís Eduardo Minga Jerónimo, nascido em 17 de janeiro de 1966, natural de Carção, licenciado em Informática de Gestão; Parte Curricular do Mestrado em Comunicação Educacional Multimédia; Pós-graduado em Segurança e Higiene do Trabalho; Frequência de formação de 6 meses em Especialização em Sociedade da Informação e Inovação na Administração Pública.

Inspetor do Trabalho desde agosto de 2001 com a categoria de Inspetor Superior Principal; Coordenador do Centro Local de Lisboa Ocidental desde março de 2013 até à presente data; Diretor de Serviços de Apoio à Gestão entre setembro de 2003 e outubro de 2005; Chefe de Divisão de Organização e Sistemas de Informação entre outubro de 2002 e setembro de 2003.

Participou em vários concursos como júri; Exerceu funções de formador, na fase teórica, e orientador pedagógico, na fase de formação em exercício, dos estágios de formação inicial para inspetores do trabalho; Exerceu funções de formador em várias ações internas e externas; Participou em diversas comissões, grupos de trabalho a nível nacional e internacional, destacando -se alguns: Trabalho Não Declarado (GTTND), Plataformas Eletrónicas (GTTIC), Harmonização dos Procedimentos Inspectivos (GTHARM), Membro do Conselho de Coordenação de Avaliação da Inspeção Geral do Trabalho — SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação na Administração Pública), Sistema de Informação da Actividade Inspectiva — SINAI (GT SIIGT), Escola Nacional de Estudos e Formação da Inspeção de Trabalho, Task-Force “Formulários na Internet”, Task-Force “Portal Internet — MSST”, Estudo do Balanço Social do MTSS, Projeto de Compras Eletrónicas do MTSS, Ponto Focal

para a áreas das Tecnologias na Agência Europeia em Bilbao, Criação do Contact Center do MTSS.

Frequentou vários cursos de formação profissional, entre eles, o curso de Formação de Gestão Estratégica, o Seminário de Alta Direção para Dirigentes na Administração Pública, e o curso de Formação Novo Sistema de Avaliação de Desempenho, ministrados pelo INA.

Apresentou comunicações e moderou intervenções em diversos seminários, a convite de várias entidades, versando temas de direito do trabalho e segurança, higiene e saúde no trabalho.

Vítor Manuel Fernandes Rodrigues Teixeira, 45 anos, licenciado em Arquitetura, pela Universidade Técnica de Lisboa, 1994 e Pós-Graduado em Segurança e Higiene do Trabalho, pelo Instituto Superior de Educação e Ciências, 2003. Em 1996, integrou o Departamento de Higiene e Segurança da Caixa Geral de Depósitos (Execução de projetos contra incêndios em edifícios). A partir de dezembro de 1996 efetuou o estágio para ingresso na carreira de inspeção superior, do quadro de pessoal do IDICT e em 02 de novembro de 1998 assume funções como Técnico Superior no PEETI — Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil, até ingressar em 04 de setembro de 2001 na carreira de inspeção superior do IDICT — Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições do Trabalho. Em 27/04/2004 é nomeado Inspetor Principal e em 26/06/2009, Inspetor Superior, exercendo a sua atividade no Centro Local da Península de Setúbal (Almada); desde 2 de janeiro de 2013 que desempenha as funções de Coordenador do Centro Local da Península de Setúbal da ACT, já exercendo desde 2006, no entanto, a coordenação do Serviço, sempre que necessário, em substituição e nas ausências dos então Dirigentes. Frequentou diversas ações de formação, nomeadamente, o curso de “Segurança no Trabalho da Construção — Gestão e Coordenação”, pelo Instituto Superior Técnico e participou em congressos, conferências, seminários, colóquios, jornadas e encontros, no âmbito do Direito do Trabalho e Segurança e Saúde no Trabalho. Nomeado para projetos especiais, designadamente, no âmbito da construção da Barragem do Alqueva, da Auto-Estrada A2 e da Auto-Estrada Estremoz/Badajoz -1998/1999, bem como acompanhamento do “Programa Trabalho Seguro”, 1999. Conferencista e palestrante em representação da Inspeção do Trabalho, designadamente, sobre a “Coordenação de Segurança na Construção Civil: a perspetiva da IGT”; “O Projeto e a Prevenção — Perspetiva da IGT”, “A Segurança na gestão de obras e as responsabilidades do dono de obra” e a “Segurança na Abertura de Escavações”; monitoragem de módulos sobre “Acidentes de Trabalho na Construção” e “Coordenação de Segurança”, nomeadamente, no Instituto Superior Técnico e na Câmara Municipal de Lisboa.

Membro de grupos de trabalho, algum dos quais coordenou, designadamente, no âmbito do acompanhamento realizado às grandes obras públicas da Península de Setúbal; participação em Comissões Técnicas Interministeriais, em representação da Inspeção do Trabalho, às quais competiu a análise dos acidentes de trabalho respeitantes à queda de viadutos em construção; orientação da parte prática dos médicos finalistas do Curso de Medicina do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra — 2006; Orientação pedagógica do Estágio de Formação Inicial para Ingresso na Carreira de Inspetor Superior do Trabalho. Destaca-se ainda a publicação: “Evolução da Sinistralidade em Trabalhos de Construção Civil e Obras Públicas” e “A Segurança na Construção Civil: Um Modelo Possível” — Publicação Estruturas 2002, Os Novos Desafios na Qualidade das Obras, Lisboa, LNEC, julho de 2002.

José António de Oliveira Tavares, 63 anos, licenciado em Direito (Ciências Jurídicas Políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em 1986. Frequentou diversos cursos de formação e participou em ciclos de estudos, congressos, conferências, seminários, colóquios, jornadas e encontros sobre temas da área das condições gerais de trabalho, segurança, higiene e saúde no trabalho e outros conexos com as atividades desenvolvidas, nomeadamente formação de formadores, informática na ótica do utilizador e para dirigentes, gestão de conflitos e técnicas de negociação coletiva, novas tecnologias na modernização administrativa, o direito do trabalho, a segurança e saúde no trabalho, nos diversos aspetos e setores de atividade. Atualmente é inspetor superior principal do quadro de inspeção superior da ACT, na Unidade Local do Barreiro. Desempenha as funções de Coordenador da Unidade Local do Barreiro da ACT, desde 19 de outubro de 2012 até esta data; de 01 de outubro de 2007 até 01 de outubro de 2010, foi nomeado em comissão de serviço, subinspetor-geral da ACT — Autoridade para as Condições do Trabalho; de 20 de dezembro de 1999 até 22 de outubro de 2002, exerceu as funções de Subinspetor-geral do trabalho, no IDICT — Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho; de 10 de julho de 1996 a 20 de dezembro de 1999, foi nomeado, em comissão de serviço, delegado do IDICT/IGT, em Almada; de 21 de junho de 1993 a 21 de junho de 1996 foi nomeado, em comissão de serviço, subdelegado do IDICT/IGT, no Barreiro. Como dirigente nacional da ACT e

no âmbito das suas competências representou a organização junto das várias instâncias nacionais e internacionais.

207544287

Despacho n.º 1363/2014

Nos termos da alínea *h*) do ponto 1.1 do artigo 1.º do Despacho n.º 22726-B/2007, de 21 de setembro de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, conjugado com o n.º 1.º do artigo 1.º da Portaria n.º 1294-C/2007, e com o n.º 3 do artigo 1.º da Portaria n.º 1294-D/2007, ambas de 28 de setembro, foi criada na Autoridade para as Condições do Trabalho, a Divisão de Auditoria e Assuntos Jurídicos, que deverá ser chefiada por um chefe de divisão, cargo de direção intermédia do 2.º grau. Face ao exposto, torna-se necessário assegurar as funções de direção da referida divisão, definidas no artigo n.º 9.º do mencionado Despacho n.º 22726-B/2007, de 21 de setembro de 2007.

Considerando que o licenciado Nelson Lourenço, Técnico Superior da Autoridade para as Condições do Trabalho, reúne as condições estabelecidas no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004 de 15/01, republicada pela Lei n.º 64/2011 de 22/12 (EPD — Estatuto do Pessoal Dirigente), como decorre da Nota Curricular anexa ao presente despacho:

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º e n.ºs 9, 10 do artigo 21.º do EPD, nomeio, em regime de substituição, o licenciado Nelson Lourenço, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Auditoria e Assuntos Jurídicos.

A presente nomeação produz efeitos à data do despacho.

13 de janeiro de 2014. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

Nota Curricular

I — Identificação:

Nome: Nelson Lourenço
Data Nascimento: 21 de setembro de 1971
Nacionalidade: Portuguesa

II — Formação Académica:

Licenciatura em Direito

III — Formação complementar:

Participação em diversas ações de formação, designadamente, nas áreas de direito administrativo, contencioso administrativo, recursos humanos, recrutamento e seleção de pessoal, auditoria, contratação e despesa pública, tecnologias de informação, liderança e avaliação de desempenho.

IV — Experiência Profissional:

Coordenador da Divisão de Auditoria e Assuntos Jurídicos da Autoridade para as Condições do Trabalho, desde 1 de abril de 2013;

De 2011 até maio de 2013 — Técnico Superior na Divisão de Auditoria e Assuntos Jurídicos da Autoridade para as Condições do Trabalho;

De 2006 a 2010 — Técnico Superior, responsável pela área, jurídica no Gabinete de Planeamento Estratégia Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior.

V — Outras atividades:

Formador interno; júri de vários concursos de recrutamento; participação em vários grupos de trabalho no âmbito da elaboração de projetos regulamentares.

207543322

Despacho n.º 1364/2014

Nos termos da alínea *f*) do ponto 1.1 do artigo 1.º do Despacho n.º 22726-B/2007, de 21 de setembro de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, conjugado com o n.º 1.º do artigo 1.º da Portaria n.º 1294-C/2007, e com o n.º 3 do artigo 1.º da Portaria n.º 1294-D/2007, ambas de 28 de setembro, foi criada na Autoridade para as Condições do Trabalho, a Divisão Patrimonial e Financeira, que deverá ser chefiada por um chefe de divisão, cargo de direção intermédia do 2.º grau. Face ao exposto, torna-se necessário assegurar as funções de direção da referida divisão, definidas no artigo n.º 7.º do mencionado Despacho n.º 22726-B/2007, de 21 de setembro de 2007. Considerando que o licenciado Rui Manuel Costa dos Santos, Técnico Superior da Autoridade para as Condições do Trabalho, reúne as condições estabelecidas no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004 de 15/01, republicada pela Lei n.º 64/2011 de 22/12 (EPD — Estatuto do Pessoal Dirigente), como decorre da Nota Curricular anexa ao presente despacho:

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º e n.ºs 9, 10 do artigo 21.º do EPD, nomeio, em regime de substituição, o licenciado